

# **Economia Social, Desenvolvimento e Território**

***Manuel Belo Moreira***

**CIRIEC - Portugal**

Reformado do Instituto Superior de Agronomia-  
Universidade de Lisboa

[mbelomoreira@netcabo.pt](mailto:mbelomoreira@netcabo.pt)

**V Fórum Social de Palmela**

5/6 Dezembro de 2013

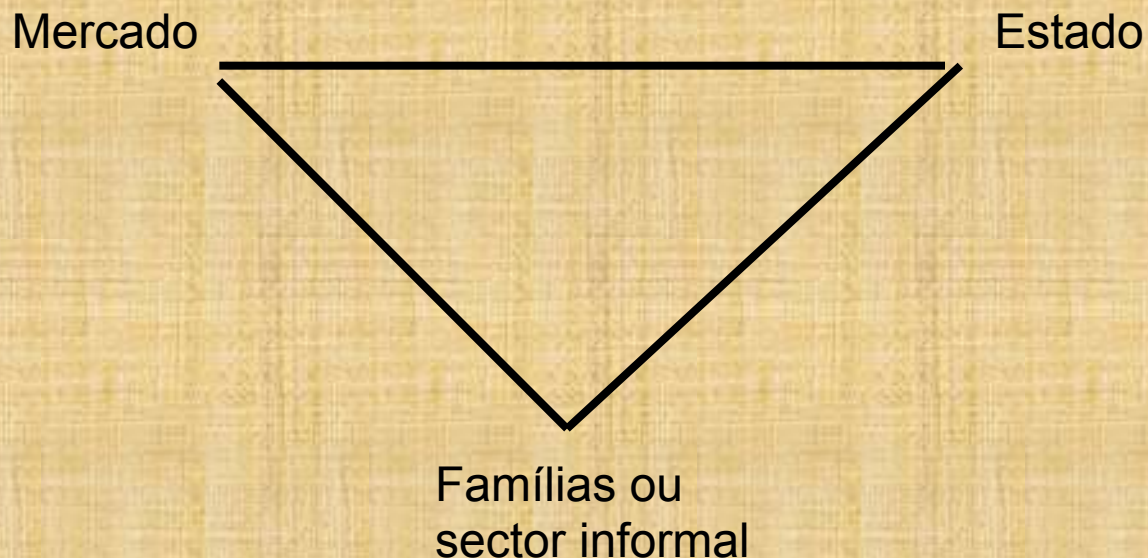
# Economia Social ou Terceiro Sector

Conceptualizar e analisar a Economia Social ou Terceiro Sector pode seguir diferentes perspectivas:

- Uma perspectiva eminentemente económica de matriz neoclássica que é dominante.
- Uma perspectiva que se pode considerar como crítica de matriz sócio-política, em claro confronto com a perspectiva anterior. Perspectiva essa que segue nesta apresentação.

# O que é a ES ou o Terceiro Sector?

Campo de tensões, sem fronteiras claras, onde diferentes racionalidades e discursos coexistem e se entrecruzam no espaço público definido pelos seguintes pólos: (Evers, 2004).



# Conceptualização

- Fica assim bem claro que a ES não pode ser apenas analisada a partir do referencial restrito dos economistas de matriz neoclássica ou dos seus desenvolvimentos.
- A visão dominante concentra-se no papel da ES como fornecedor de bens e serviços, esquecendo todas as outras dimensões que merecem consideração. Como as dos grupos de interesse e as dos espaços de integração social e participação democrática ou como a que entende essas instituições como protagonistas do debate público.
- Esquece ainda a relação da ES com o sector informal do mundo das famílias, das relações de vizinhança e das comunidades locais.

- Privilegiar a eficiência económica e os valores instrumentais da economia é legitimar todo um discurso político que ignora qualquer referência à democracia, solidariedade e justiça social, valores fundadores da ES.
- É ignorar as razões da solidariedade, o desejo de sociabilização, do reconhecimento mútuo, do apego a formas de solidariedade local, seja de classe seja de cariz cultural, religioso ou até político.
- É desvalorizar o facto de na origem de muitas associações, cooperativas ou instituições baseadas no voluntariado estarem as igrejas, as organizações sindicais ou os partidos políticos.
- É esquecer que frequentemente são aspectos que derivam do “irracional” que estão na base da formação e actividade de inúmeras instituições da ES.

# Dimensões do Desenvolvimento

Desenvolvimento é diferente do crescimento e implica:

- Sustentabilidade ***Económica***
- Sustentabilidade ***Social***
- Sustentabilidade ***Ambiental***

# Dimensões do Desenvolvimento

Todas as dimensões referidas apresentam dois níveis de análise que importa reter:

- Um nível macro, do sistema como um todo, que frequentemente ultrapassa as linhas de fronteira territorial do Estado-Nação
- Um nível micro, que envolve apenas a instituição em apreço ou o grupo onde se insere

# O nível macro da Sustentabilidade

## *Económica*

Remete para o equilíbrio económico que, no entanto, só é apreciado ao nível micro das instituições imersas na territorialidade do Estado-nação.

Remete também para a dimensão política e ideológica de que se salienta o que diz respeito, entre outros aspectos:

- à regulação do mercado;
- às instituições da justiça e policiais que asseguram o bom funcionamento do mercado;
- ao papel cometido às instituições da ES.



# O nível macro da Sustentabilidade ***Social***

Remete para o equilíbrio e paz social que está implícito na valorização pela sociedade do sistema democrático e do sistema de Estado-Nação, bem como das formas como as premissas da economia de mercado se relacionam com esses valores.

Questões que se podem resumir com a resposta à questão de saber se em democracia é a política que dita as leis ou se é à economia que esse direito é outorgado?

Aspectos essenciais para no pressuposto de que queremos viver em regimes democráticos:

- se definir os limites da globalização, ponderados os benefícios económicos, mas também os custos sociais que lhe estão associados, e para
- se atender à intratável questão do como lidar com os problemas da exclusão social.

# Sustentabilidade *Ambiental*. Nível macro

Mais do que as outras dimensões da sustentabilidade, a dimensão ambiental exige um tratamento ao nível planetário. As questões da poluição do ar e das águas, a diminuição da camada do ozono, o efeito de estufa e o aquecimento global do planeta não se compadecem com a territorialidade dos Estados-Nação.

Sendo problemas globais só podem ser efectivamente encarados a um nível global. Em particular sublinhe-se o impasse actual no que respeita aos modos como, a este nível, se considera a questão das externalidades inerentes ao funcionamento dos mercados. Isto é, nada ou pouco se faz para regular e penalizar as externalidades negativas e, muito menos, para beneficiar as positivas. Questões que pura e simplesmente não fazem parte da agenda da Organização Mundial do Comércio.

# Sustentabilidade *Económica*. Nível micro

Garantir o **equilíbrio** entre as **receitas** que, em grande parte, não podem ser controladas pelas instituições da ES e as **despesas** que já podem ser melhor controladas.

Do lado das **Receitas**:

- a) Receitas obtidas pela concorrência no mercado dos produtos ou dos serviços (nomeadamente as cooperativas), dependem do nível de concorrência nos mercados, mas também da capacidade própria de ganhar peso competitivo;
- b) Receitas de apoios estatais quando a ES se encarrega de actividades que o mercado não se mostra capaz de providenciar por falta do estímulo do lucro. Dependem dos recursos disponíveis, das escolhas políticas e da independência do Estado face à **Tirania Financeira**;
- c) Receitas provenientes de apoios particulares de tipo filantrópico, caritativo ou de mecenato, dependem em parte da capacidade de captação de recursos financeiros, mas também da conjuntura económica, da história, do nível cultural e até dos modelos tradicionais de fiscalidade.

# Sustentabilidade *Económica*. Nível micro

Do lado das **despesas** a ES evidencia uma diferença vital em relação às restantes empresas, sobretudo neste período de globalização neoliberal.

- Por um lado, na relação com o factor trabalho deverá ser coerente com os valores que são a sua matriz. Também ao nível das remunerações as despesas são melhor controladas não sendo aceitáveis as disparidades capitalistas
- Por outro lado, mesmo que na prática tal não seja muito visível, há pelo menos uma diferença determinante: a **ES não pode** recorrer à **deslocalização** como modo de controlo das despesas, o que obviamente tem uma enorme implicação no que respeita ao desenvolvimento do território.

## Sustentabilidade **Social**. Nível micro

- As instituições da ES tanto actuam nos mercados dos produtos e serviços como desempenham, com frequência, actividades de suplementação às cometidas ao Estado-Nação. E em certos casos até substituindo-o, embora isso deva merecer cuidadosa reflexão.
- Nestas últimas vertentes o contributo da ES, sobretudo nesta fase de Globalização e de ataque generalizado ao Estado Providência, assume particular relevância para a sustentabilidade social.

## Sustentabilidade *Ambiental*. Nível micro

A este nível a sustentabilidade ambiental depende da acção:

- Individual que se relaciona com a educação ambiental e aqui a ES mais não deve do que estar disponível para a desenvolver;
- da acção e gestão das empresas e restantes instituições, incluindo as da ES que deverão ser exemplo, o que nem sempre sucede.
- da acção do Estado-Nação e dos seus órgãos, nomeadamente em tudo aquilo que se relaciona com a efectividade da regulação do mercado e do modo como lida com as externalidades ambientais.

# Contradições

Do que ficou dito ressalta, pelo menos implicitamente, que se considera que existem contradições entre as três dimensões da sustentabilidade:

- entre a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social: veja-se o crescendo das desigualdades e da exclusão social aceite como imposição **inevitável** da sustentabilidade económica em países como o nosso sujeitos a intervenção exterior
- entre a sustentabilidade económica e a sustentabilidade ambiental: atente-se nos poucos resultados das conferencias internacionais destinadas a combater o aquecimento global;
- e, embora menos evidente, entre a sustentabilidade social e a sustentabilidade ambiental (a pressão dos trabalhadores e das populações locais quando a sustentabilidade ambiental é entendida como podendo por em causa o emprego, já para não falar na aceitação de políticas de pouco rigor ambiental para atrair capital).

# Território

- O território pode ser entendido como a reivindicação do espaço, ou seja como o resultado de construções sociais (Storey 2001).
- Construções sociais ancoradas em determinantes político-económicos que colocam como questão principal da territorialidade a expressão do poder sobre determinado território.
- Nesta perspectiva, o papel da ES no que respeita ao desenvolvimento dos territórios só pode ser relevante na medida em que consiga ligar a dimensão económica às dimensões sociais e políticas de forma diferente da do mundo empresarial motivado pelo lucro.



# Território e Desenvolvimento

- É um lugar comum afirmar que as determinantes do crescimento económico num mundo globalizado decorrem em grande parte da concorrência e da capacidade competitiva nos mercados globais.
- E que só em autarcia é possível pensar que o desenvolvimento dos territórios se pode fazer sem atender às restrições provocadas pela globalização.
- Esquece-se no entanto que há muito que se pode fazer independentemente das restrições globais.

# Território e Desenvolvimento

- Pensar em desenvolvimento do território equivale a pensar em zonas desfavorecidas (ZD), conceito eminentemente relativo.
- Desfavorecidas porquê?
- Escassa dotação de recursos naturais ou existência de “handicaps” naturais.
- Desajustamentos estruturais que perduram e acabam por ser forte empecilho à inversão das dinâmicas de desenvolvimento.
- Falta de iniciativa empresarial.
- Em suma tudo o que contribua para a falta de atractividade para o capital e o trabalho.

# Características da iniciativa empresarial

- O assumir os riscos associados à incerteza não é essencial para o conceito de empresário, a não ser que este também seja o proprietário. Questão fundamental num país em que para se ser empresário é, na maior parte dos casos, condição essencial ser proprietário.
- O fundamental é então atender à função empresarial entendida como a capacidade de inovação de processo ou produto ou de novas combinações de negócios. Isto é, a função empresarial relevante não resulta do empresário inventar ou encontrar novas oportunidades, mas sim de as tornar vivas e realizáveis.
- Para Schumpeter as capacidades empresariais não são **ensináveis** e só uma pequena percentagem de indivíduos de determinada população possui essas capacidades.

# A iniciativa empresarial nas zonas desfavorecidas (o factor de repulsão)

- Acontece que mais do que em qualquer outro sítio nas ZD só os proprietários têm oportunidade de se tornar empresários.
- Mas quem tem iniciativa procura fazê-lo noutras paragens, onde as restrições sejam menores e onde as potencialidades dos negócios sejam maiores.
- Contribuindo assim para agravar o definhamento das ZD.
- Daí que soluções para tentar inverter as dinâmicas de desenvolvimento territorial exijam formas de iniciativa empresarial que não tenham, obrigatoriamente, de passar pelo empresário individual.
- Nestas circunstâncias, quando o empresário capitalista não aparece, quem poderá desempenhar a função empresarial inovadora e criadora de crescimento e desenvolvimento?

# **A iniciativa empresarial nas zonas desfavorecidas**

- O Estado central?
- As autarquias?
- A Economia Social?

# A iniciativa empresarial nas ZD

- Quanto à hipótese Estado Central não só se comete o pecado de ir contra a ideologia dominante, mas temo que não seja minimamente mobilizador e eficiente quando se trata de iniciativas localizadas e de pequena escala.
- Mas há exceção sublinhada por Schumpeter (1996) “... a função empresarial não necessita de ser identificada com uma pessoa física e, em particular, com uma pessoa física singular. Todo o ambiente social tem o seu próprio modo de dar forma à função empresarial. Por exemplo, a prática dos agricultores neste país [EUA] tem sido sucessivamente revolucionada pela introdução de métodos desenvolvidos no Departamento de Agricultura e pelo sucesso deste departamento no ensino desses métodos. Neste caso, portanto, foi o Departamento de Agricultura que agiu como empresário”

# A iniciativa empresarial nas ZD

- Quanto às autarquias a ideologia dominante também não as vê nesse papel.
- Além de que a sua dimensão e capacidades técnicas não lhes permitem idênticas ambições e resultados ao do Estado Central.
- Resta a ES e aí socorro-me outra vez de Schumpeter que sustenta, claramente, que “... a função empresarial pode ser, e muitas vezes é, desempenhada de forma **cooperativa**”.

# A ES o desenvolvimento

Todavia, convém ter presente que as instituições da ES, mesmo não sendo movidas pelo lucro, têm de se sujeitar aos padrões concorrenciais do ambiente envolvente (condição de sua sustentabilidade económica). Pelo menos para aquelas instituições que apenas concorrem no mercado dos produtos ou dos serviços.

Mas será que sujeitos aos ditames do mercado as instituições da ES conseguem subsistir de acordo com as condições de sustentabilidade referidas acima?



# A ES e o desenvolvimento

- Em muitos casos certamente que será possível animar economicamente uma dada zona desempenhando tarefas económicas e sociais necessárias que não merecem o interesse do sector privado. Basta para tal a ausência do imperativo do lucro, sobretudo quando ajudado por fiscalidade benévola.
- Mas também há muitas tarefas, necessárias do ponto de vista da sustentabilidade social e até da económica, no caso de bens e serviços públicos, que não são passíveis de ser postas em prática se apenas contarmos com as receitas e despesas obtidas em mercados deprimidos, nomeadamente os das ZD.
- Perante essa situação que alternativas há a considerar?

- Uma alternativa possível terá que ser assumida à partida e implica ir para além do mercado. Alternativa que, obviamente, implica chamar o Estado às suas responsabilidades.
- Refiro-me concretamente à possibilidade de constituição de parcerias entre o Estado central e/ou as autarquias com entidades da ES.
- Parcerias com garantia de transparência do uso dos recursos para elas encaminhadas.
- E, sobretudo, parcerias capazes de desempenhar, eficazmente, as funções empresariais necessárias para as ZD. Particularmente as funções inovadoras no sentido Schumpeteriano, indispensáveis à criação de novas dinâmicas de desenvolvimento territorial.

- A questão fulcral, no entanto, está em definir que tipo de função empresarial deve ser considerada necessária para cada caso concreto, identificar e quantificar os meios necessários e arranjar modos de lhes fornecer os recursos. Exige-se rigor, imaginação e audácia para trilhar estas vias de inovação.
- Outra questão prende-se com a necessidade de ultrapassar os impedimentos burocráticos usuais, seja para os financiamentos seja para os licenciamentos dando a estas iniciativas estatuto de prioridade pelo menos idênticos aos dos grandes projectos.
- Mas não só óbices. Atendendo aos fins e princípios que norteiam a ES, parece óbvio que, desde que a transparência de processos no uso de recursos esteja garantida, este tipo de parcerias poderiam ser muito bem aceites pelas populações locais e também pelos contribuintes, que assim saberiam exactamente para que fins eram usadas as suas contribuições.

## Concluindo

Em suma, a ES possuem atributos internos e uma imagem externa (embora esta precise urgentemente de ser alvo de medidas de divulgação) que justificam lutar por um espaço próprio no seio de uma economia globalizada, sobretudo se conseguir desenvolver uma forte articulação em rede com as instituições congéneres.

E, em particular, a ES pode e deve afirmar-se como um agente **insubstituível** da dinamização económica, social e cultural ao nível territorial.

# Bibliografia citada

- EVERS, A. & LAVILLE, J-L. 2004. “Defining the third sector in Europe” in *The Third Sector in Europe*, Cheltenham, UK. Edward Elgar.
- SCHUMPETER, J., 1996. *Ensaio. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta.
- STOREY, D. (2001) *Territory: The Claiming of Space*, Pearson Education, Harlow, Essex, England